

CRESER NA VILA: VIVÊNCIAS E TERRITÓRIOS PARA CRIANÇAS NEGRAS NA PERIFERIA DE VÁRZEA GRANDE¹

Kennid Teixeira ²
Nealla Valentim Machado³

Resumo: Este artigo busca compreender como o território da comunidade Vila São João, na periferia de Várzea Grande, Mato Grosso, pode influenciar e projetar as vivências, as identidades e as subjetividades das infâncias locais. Analisa-se como as instituições de poder presentes no território – igrejas, tráfico e a ausência do Estado – orientam os desejos, as aspirações e as expectativas das crianças. Utilizando o método da escrevivência, a escrita de nós (Evaristo, 2020), em diálogo com a interseccionalidade como práxis (Collins, 2022) e a sociologia da infância (Sarmento, 2005), o artigo conecta teoria e experiência vivida, buscando valorizar os olhares e as narrativas das crianças, reconhecendo-as como sujeitos ativos na produção de saberes e significados sobre o seu espaço

Palavras-Chave: Escrevivência; Interseccionalidade; Várzea Grande; Infância; Raça

Abstract: This article seeks to understand how the territory of the Vila São João community, on the outskirts of Várzea Grande (Mato Grosso), can influence and shape the experiences, identities, and subjectivities of local childhoods. It analyzes how the power institutions present in the territory – churches, drug trafficking, and the absence of the State – guide the desires, aspirations, and expectations of the children. Using the method of escrevivência, the writing of us (Evaristo, 2020), in dialogue with intersectionality as praxis (Collins, 2022) and the sociology of childhood (Sarmento, 2005), the article connects theory and lived experience, aiming to value the perspectives and narratives of the children, recognizing them as active subjects in the production of knowledge and meanings about their space.

Keywords: Escrevivênci; Interseccionalidade; Várzea Grande; Childhood; Race

1. INTRODUÇÃO

A Vila São João é uma das muitas periferias do município de Várzea Grande, localizada no estado de Mato Grosso. Esse é um território marcado por profundas vulnerabilidades sociais e históricas. A comunidade reflete o abandono estrutural que crianças e adultos enfrentam diariamente; a precariedade no acesso a direitos básicos, como alimentação, moradia e educação, alinhando-se a padrões observados em outras periferias de cidades brasileiras, mas com particularidades locais (Gonçalves, 2018). É importante destacar, logo nesta introdução, a minha presença nesta comunidade, como morador, e meu contato com as crianças da Vila, por meio de minha atuação há dez anos como instrutor de teatro e danças na organização

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Raça e Interseccionalidades 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Kennid Teixeira: Universidade Federal de Mato Grosso, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM/UFMT), kennidrt@gmail.com.

³ Nealla Machado: Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Poder (PPGCOM/UFMT) Professora do departamento de Comunicação (UFMT) e Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea/PPGECCO, e-mail: nealla.machado@ufmt.br.

CENPRHE⁴. Essa vivência também fundamenta minha pesquisa de mestrado, que investiga as infâncias negras periféricas no centro-oeste brasileiro e a representação dessas crianças no Instagram. Queremos olhar para como o espaço e a comunidade projetam e influenciam as experiências infantis locais, com dinâmicas que persuadem suas identidades, trajetórias, desejos e aspirações.

Consideramos algumas das múltiplas camadas que estruturam as vivências das crianças, levando em conta fatores interseccionais como: idade/infância (Nascimento, 2018), as particularidades deste território periférico (Gonçalves, 2018), bem como as interações de classe, raça e gênero (Collins, Bilge, 2021). A lente da interseccionalidade permite observar o entrelaçamento dessas opressões e outras questões circulantes na comunidade, nesta escrevivência (Evaristo, 2020) sobre nós.

O texto é dividido em quatro eixos principais. Primeiro, apresentamos os erês⁵, as crianças da vila e suas vivências no dia a dia deste território e o ser criança pela ótica da sociologia da infância (Sarmento, 2005). Neste artigo, assim como em muitos terreiros, os erês baixam trazendo a perspectiva, o conhecimento (Freitas, 2019). Em seguida, é analisada a constituição histórica e social do território mato-grossense, as periferias da cidade de Várzea Grande, e a Vila São João, chão onde os erês brincam, correm, vivem e produzem cultura (Fernandes, 2021).

No terceiro eixo, exploramos as forças, o poder que circula neste espaço, conforme discutido por (Teixeira, 2011; Trindade, 2021) – as igrejas, o tráfico e a ausência de políticas estatais – e como elas moldam, expandem e limitam, os horizontes das crianças. Em seguida, refletimos sobre os desejos dessas crianças – desde querer mudar de vida e prosperar até aspirações julgadas contraditórias, como querer integrar o tráfico, deter poder e ser sujeito. Precisamos urgentemente de movimentos que imaginem essa comunidade como espaço de criação e potência. Nesse sentido, destaco a importância da ciência periférica (Kilomba, 2019), do olhar para a margem (Quijano, 2005), a riqueza na possibilidade de construir conhecimento

⁴ Iniciado em 2004, pelas Missionárias Maria Tereza Urbano e Maristela Arbués Nery e por um grupo de voluntários, o CENPRHE – Centro de Promoção Humana Emanuel – nasceu para atender crianças e famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza e de abandono, na Vila São João, Várzea Grande/MT. Em 2009, para dar respaldo jurídico ao CENPRHE, criou-se a mantenedora: Associação Varzeagrandense Madre Tereza de Calcutá, organização da sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos, com registro no CMDCA e no CMAS, reconhecida com os títulos de Utilidade Pública Municipal e Estadual e Federal, inscrita no CNEAS e com a certificação do CEBAS.

⁵ A escolha de chamar este primeiro eixo de “erês” passa pela trajetória de conhecimento de terreiros do autor, o lugar e a vivência como umbandista permite a associação (Evaristo, 2020).

com as crianças da Vila, valorizando e considerando suas percepções e vivências, enquanto projetamos caminhos que ressignifiquem nosso território.

2. O CAMINHO METODOLÓGICO PARA ESCREVER SOBRE AS VIVÊNCIAS NESTE TERRITÓRIO

Conceição Evaristo define a escrevivência como uma forma de escrita que emerge da experiência vivida de mulheres negras, pretendendo borrar e desfazer a imagem do passado, em que corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinham sua potência de emissão sob o controle escravocrata (Evaristo, 2020, p. 30). Para nossa nobre linguista, escrever é um ato político e poético que dá voz àqueles (as) cujas histórias, muitas vezes, são silenciadas ou marginalizadas, que é o caso aqui. Evaristo afirma: “a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim, acordá-los de seu sono injusto” (Evaristo, 2020 p. 31)

No livro “Escrevivências: a escrita de nós” a pesquisadora Fernada Felisberto assina o capítulo “A Escrevivência como método” descrevendo e assegurando a possibilidade de utilização da escrevivência como método científico:

esse método encena uma possibilidade de escrita com mais autonomia autoral, de interferência e participação na narrativa, além de fluidez, com ritmo e sentidos sem tantos enquadramentos de formato, pois existe a premissa da aproximação do fazer acadêmico com uma realidade vivida em suas práticas cotidianas, dando um sentido de aproveitamento e utilização, que, de certa maneira, tem diminuído a distância entre os diferentes saberes produzidos dentro e fora da universidade. (Felisberto, 2020, p. 171)

Nesta perspectiva, o eu enunciador em primeira pessoa traz segurança, porque valoriza a história das pessoas, as vivências e percepções. Dessa forma o texto não se esconde atrás de uma terceira pessoa do singular. Nesta conjuntura o texto é meu (nossa), e consequentemente de todos os pesquisadores que assumem a responsabilidade da autoria, por isso a possibilidade de sua utilização enquanto método científico (Felisberto, 2005).

Escrevo eu, Kennid Teixeira, partindo do meu olhar de dentro, eu que nasci, vivi e fui criado dentro desse território periférico, eu que trabalho, convivo, rio e choro com os erês dessa localidade. Eu que trabalho como instrutor de teatro e danças dessas crianças. Sem dever nada a modos colonizantes de produzir e pensar ciência, afirmo que um desses erês também sou eu.

Segundo Duarte (2020) a escrevivência pode ser uma prática também quilombista, nascida da necessidade de sobrevivência e defesa, além de preservar no texto o lugar da

memória, de uma escrita afrodiáspórica que se preserva e se mantém ao longo dos séculos, pois essa é uma escrita que “assume a perspectiva do sujeito historicamente silenciado e estigmatizado como Outro” (Duarte, 2020, p. 81). Assim a tradição se atualiza e se estabelece, exercendo também o espaço de aquilombamento através da escrita, do conto oral, da história, da observação e da vivência “... a presença do passado – um passado que não passa – e que remete tanto aos ancestrais e seus reverenciados saberes, quanto aos antepassados, com suas vivências e sofrimentos, hoje reproduzidos nos pérriplos dos descendentes” (Duarte, 2020, p. 82).

Ainda de acordo com Duarte (2020) a escrevivência quilombista marca o lugar de contra-ataque do sujeito negro, vitimado por anos de processos discriminatórios e de violência. Esse sujeito, que antes era vitimado, encena agora, através da escrita, uma posição de combate, um local de reconhecimento enquanto sujeito.

Aprendo com os terreiros e a cultura afro diaspórica a valorizar as crianças e seus saberes. Meu olhar sobre as crianças desta comunidade parte da escrevivência (Evaristo, 2020) e da interseccionalidade (Collins, 2022), da experiência vivida e observada. Não consigo, e nem quero falar por elas, falo partindo do meu olhar e da criança da vila que também fui.

A interseccionalidade aparece aqui como metodologia e como práxis (Collins, 2022). A autora afirma que a ideia de interseccionalidade funciona como registros de reconhecimento dos arranjos estruturais de poder, e como as experiências individuais e coletivas refletem esses arranjos. Collins (2022) argumenta que esse “lugar de fora”, essa “marginalidade” dos espaços de poder que pesquisadores que utilizam da interseccionalidade possuem, tem a possibilidade de delinear subjetividades e atuações que fogem as estruturas já estabelecidas. Desta maneira, tanto as categorias, como também o meu olhar (nossa olhar) é interseccional, pois queremos entender como os erês se relacionam e influenciam a realidade a volta deles. A interseccionalidade combate as desigualdades causadas pelo racismo, sexism, colonialismo e o capitalismo, ou como a autora coloca “os laços entre o domínio social e o simbólico da mudança social” (2022, p.46)

3. OS ERÊS - AS CRIANÇAS DA VILA

Nos terreiros de Umbanda os “erês” são entidades que representam as crianças, baixam, brincam, trazem sabedoria e lambuzam de doce a cara dos adeptos. Segundo a antropóloga Morena Martins de Freitas no artigo “Doces de Crianças: sobre comida e ritual em giras de

ibejadas” os erês seriam entidades infantis do candomblé e se distinguem dos orixás não só pelo comportamento de criança, mas pela fala; são os erês quem dão os recados, já que orixás não falam” (Freitas, 2019, pag. 3)

A Sociologia da Infância reconhece as crianças como sujeitos sociais ativos e capazes de construir e influenciar o mundo à sua volta, em vez de serem vistas apenas como seres em desenvolvimento ou futuros adultos. Sarmento (2011) estabelece que crianças são atores sociais de direito e têm, em suas infâncias, questões geracionais importantes para a compreensão de suas vozes e ações (Sarmento, 2005, p. 363). Na coletânea "A Sociologia da Infância: Possibilidade/s de Voz e Ação da Criança e Sua/s Infância(s)" diversas autoras evidenciam que crianças precisam, cada vez mais, serem reconhecidas como sujeitos com capacidade de ação, opinião e participação nos contextos sociais em que estão inseridas. Elas não apenas absorvem influências culturais, mas também criam culturas próprias (Fernandes, 2021, p. 6)

O documento DCNEI (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil)⁶ instituídas pela Resolução CNE nº 05, de dezembro de 2009 e publicadas pelo MEC em 2010 em seu art. 4º, define o conceito de criança como: sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p. 1)

Na vila, a maioria das crianças são negras e enfrentam diferentes níveis de vulnerabilidade social, em um contexto que reflete desigualdades estruturais presentes em outras periferias brasileiras (IBGE, 2022)⁷. São conhecidas, curiosas, andam por todos os lados e refletem a escassez em que vivem. Brincam nas ruas de soltar pipa, futebol e normalmente brigam durante as brincadeiras. Meninos e meninas brincam juntos, não tendo separação de gênero durante as brincadeiras, exceto no futebol onde meninos insistem em não quererem jogar com as meninas, que ficam emburradas umas com as outras a reclamar, e vez ou outra se metem no jogo e jogam mesmo assim. Algumas crianças são vendedores de salgados (coxinhas e empadas deliciosas) preparadas por suas mães, negociam, recebem em pix, dão troco. É comum, e muitas vezes perigoso observar crianças interagindo e sendo abordadas por adultos

⁶ Disponível em: https://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf

⁷ Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>

desconhecidos, casos de abuso infantil já ocorreram/ocorrem neste território e em seu entorno⁸. Vez ou outra contam de carros, vans, motos de pessoas que param e oferecem carona, doces, dinheiro as crianças.

As meninas costumam se vestir como se fossem as mulheres adultas da Vila, com shorts curtos e blusas que deixam a barriga de fora. Os meninos andam, muitas vezes, sem camisa, apenas de short. Alguns possuem chinelo, outros não. Observo neste vestir uma reprodução daquilo que é visto em suas famílias e nas pessoas desta comunidade.

Em sua dissertação “Eu, criança: Pedagogias culturais das infâncias negras” a psicóloga social Tayná Wienne Tomás confirma que as pessoas que compõem a família em que nascemos serão nossa primeira noção do outro, os lugares que frequentamos, as pessoas com quem interagimos fora do contexto familiar compõem nossa subjetividade (Tomás, 2023, p. 20) compõem, não definem, conforme o entendimento acerca da sociologia da infância. A cultura desta comunidade desempenha papel fundamental na construção das identidades das crianças, fornecendo significados, símbolos e práticas compartilhadas que impactam suas trajetórias individuais (Hall, 2016).

Sarmento (2005) utiliza em sua escrita o termo infâncias, no plural, justamente porque as vivências de crianças são diversas. Muitas crianças da vila passam fome, mas nem todas passam fome. Muitas crianças têm roupas diversas para vestir, outras dividem as poucas peças com os vários irmãos. Na Vila há distintas infâncias e aqui não pretendo falar sobre todas elas em generalizações. No artigo “Algumas ideias para uma reflexão sobre infância e interseccionalidade”, a pesquisadora Maria Letícia Nascimento fala sobre a pluralidade nas infâncias e o pensamento interseccional:

É quase impossível não tomar conhecimento de que os mundos de vida das crianças, num país como o nosso, são frequentemente muito diferentes, em razão de variados fatores, dentre os quais pode-se destacar a ampla desigualdade socioeconômica e o racismo. Essa pluralidade de infâncias é a deixa que aponta para uma interseccionalidade nos estudos da infância, ou seja, que buscam compreender/analisar as intersecções entre as diferentes variáveis presentes nos diferentes cotidianos das crianças. A interseccionalidade pode compreender gênero, raça/etnia, classe, idade, orientação sexual, território, identidade religiosa, capacidade/deficiência, origem, e outras dimensões. (Nascimento, 2018, p. 2)

Partindo das contribuições trazidas pela pesquisadora, entende-se que este território, assim como a raça, o gênero e as condições econômicas em que vivem as crianças demarcam

⁸ Disponível em: <https://www.vgnoticias.com.br/policia/menina-de-12-anos-e-alcoolizada-e-abusada-sexualmente-em-vg/36913>

diferenças no processo de constituição das infâncias. É possível utilizar o conceito teórico metodológico da interseccionalidade para compreender que as opressões enfrentadas pelas crianças da Vila estão inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade permite entender as complexidades dessas infâncias (Collins; Bilge, 2021 p. 16), não são apenas crianças, são crianças pobres, meninas e meninos negros em sua maioria e sobrevivendo em território marginal. A relação entre essas e outras opressões sentidas pelas crianças evidenciam a urgência em entender seus espaços, suas opiniões, percepções, suas construções e de forma compartilhada e incluindo-as, pensar caminhos que reivindiquem melhorias sociais e políticas neste espaço onde vivemos.

4. A VILA

A cidade de Várzea Grande foi fundada em 1867, no contexto da Guerra do Paraguai, inicialmente como uma área de apoio logístico para tropas militares. Contudo, seu desenvolvimento também está intimamente ligado à exploração do trabalho de pessoas escravizadas, especialmente no cultivo de cana-de-açúcar e criação de gado (Gomes, 2021). A proximidade com Cuiabá, capital de Mato Grosso, fez com que Várzea Grande servisse como um ponto estratégico, mas também um espaço de segregação social ao longo do tempo, onde populações negras e indígenas eram marginalizadas.

No artigo “Percorrendo as trilhas de Várzea Grande na Obra de Ubaldo Monteiro” os autores mato grossenses Sônia Romancine e Gabriel Silva estabelecem que os primeiros povoados de Várzea Grande eram constituídos na sua maioria por pessoas pretas (Romancine, Silva, 2016) e muitas das casas foram constituídas por meio da ocupação irregular. A pesquisa dos autores evidencia a presença de quilombos em Várzea Grande. Um exemplo era a comunidade quilombola “Capão do negro” numerosa, localizando-se na região rebatizada pela igreja católica como “Cristo Rei” durante suas ações de colonização santificada (Romancine, Silva, 2016 p. 18). Outros bairros do município como Capela do Piçarrão e Capão Grande, estes bem próximos da Vila São João, também são entendidos pelos pesquisadores como regiões de quilombos, povoados por pessoas que após a abolição permaneceram por ali (Romancine, Silva, 2016 p. 12) compreendendo assim a Vila São João como uma periferia quilombo.

Milton Santos conceitua periferia como um espaço onde se manifesta uma forma de urbanização incompleta ou desigual, marcada por contrastes no acesso à cidade, a informações,

recursos políticos e sociais (Santos, 2005). O conceito de território vai além de um espaço geográfico, envolvendo apropriação simbólica e social do espaço, configurando-se como lugar de vivências, pertencimento e circulação de instituições de poder, sendo também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos (Fuini, p. 20, 2017).

A territorialidade é maneira pela qual o território é significado e apropriado pelos sujeitos moradores. Fuini conceitua a territorialidade como a tradução espacial da interação entre grupos sociais, compreendendo tanto o movimento de fixação do espaço por parte de um sujeito quanto os discursos e a constante transformação espaço-temporal dos lugares, o pertencimento, a interação e uso da vivência (Fuini, p. 20, 2017)

A territorialidade em questão revela as dinâmicas culturais, sociais e simbólicas que sobrecrescem a vida diária e a formação de identidade das pessoas da vila. Incorporar a territorialidade na compreensão da Vila nesta escrevivência é fundamental, pois é por meio dela que as crianças inventam formas próprias de se relacionar com o espaço, significando-o em meio às desigualdades e fortalecendo não apenas os vínculos com o território, mas também sua identidade e subjetividade compartilhada.

A comunidade Vila São João é menos favorecida em termos de infraestrutura, serviços públicos e acessos a oportunidades de trabalho e educação em comparação aos bairros Ipase, Centro Sul e Jardim Aeroporto, localizados no centro da cidade, próximos de postos de saúde, terminal municipal e escolas com infraestrutura. Na vila não existe escola, as crianças caminham a pé até os bairros vizinhos para ter acesso ao ensino, na maioria das vezes bastante precário. O asfalto chegou na Vila no ano de 2022 e junto dele o interesse imobiliário.

Marzulo (2019) discute os espaços dos pobres como mercado ao refletir os processos de gentrificação nas favelas cariocas por meio do interesse imobiliário. Localizando-me na Vila, identifico semelhanças na realidade da comunidade com os apontamentos feitos pelo autor. Observo ser cada vez mais comum a construção de habitações exclusivamente para o mercado de aluguéis e venda no interior da comunidade (Marzulo, 2019 p. 11). As crianças chamam as novas casas de “casinhas” e observam suas construções no cotidiano. São casas bem construídas, próximas à avenida “Véu de noiva”, onde passa a linha de ônibus. As casas são bem diferentes das casas da vila, possuem boa estrutura, muros, jardins com gramas, garagens, teto solar e muitas vezes câmeras de segurança que contrastam com a realidade das casas simples, muitas vezes sem muro ou portão, encontradas na comunidade. Marzulo (2019)

evidencia ainda que o tráfico atua como grande mediador dos valores dos imóveis em lugares empobrecidos, valorizando ou desvalorizando imóveis a partir das tensões com a polícia ou conflitos entre membros e outras franquias faccionais (Marzulo, 2019) e é possível observar a mesma dinâmica na vila.

Os moradores da vila assistem a chegada dos novos vizinhos, em sua grande maioria famílias brancas com seus bons carros, sem compreender ou sequer imaginar toda a dinâmica por trás desta chegada e o embranquecimento deste território majoritariamente negro. As crianças da vila percebem a chegada de novas crianças, filhos destas novas famílias, não há contato, estas brincam em seus quintais de portões trancados.

O PODER CIRCULANTE

A Vila São João, como tantas outras comunidades periféricas brasileiras, é atravessada por dinâmicas de poder que se entrelaçam, conformam e tensionam as vivências de seus habitantes, inclusive as crianças, que nascem e crescem nestes territórios. Esse eixo aborda as forças institucionais que circulam na comunidade, influenciam e consequentemente moldam as vivências. Tais forças fazem frente e se fortalecem diante a ausência ou presença inoperante do estado e buscam preencher lacunas (Silva, Conceição, 2018)

Umas das grandes forças presentes na comunidade são as igrejas, existem duas, uma na rua Z, católica chamada Igreja São João Batista e outra é a Assembleia de Deus, localizada na rua da Penha, sendo esta mais bem estruturada, fortalecida e com mais adeptos. Muitas crianças e famílias buscam a igreja, fazem catequese, participam dos cultos das crianças e se definem “crentes”. É comum o crescimento e fortalecimento de igrejas evangélicas em espaços empobrecidos, conforme evidencia o antropólogo e pesquisador Cesar Pinheiro Teixeira:

O pentecostalismo cresce com maior velocidade entre as camadas mais empobrecidas da população. E as áreas mais pobres das grandes cidades são também as que mais sofrem com o problema da violência, seja devido à presença autoritária e violenta de quadrilhas de narcotraficantes seja por conta da violência policial. Denominações como a Assembleia de Deus tendem a se destacar mais nesses contextos (Teixeira, 2011, p. 1)

Na vila são muitas as histórias dos “novos convertidos”, homens e mulheres que já integraram o tráfico e buscam nas palavras do padre/pastor uma “saída”, uma “alternativa à vida do crime” (Teixeira, 2011). Estudos coloniais em contextos históricos mato-grossenses revelam a chegada da igreja católica e seus missionários que atuaram para cristianizar os povos indígenas da região, onde hoje se localizam os estados de Mato Grosso e do Mato Grosso do

Sul, dados evidenciados por Thais Vieira em sua dissertação: “Intolerância Religiosa, Violão de Direitos Humanos e Colonialidade da Fé” (2023).

Segundo Quijano (2005) a colonização em seu sentido político foi extinta, porém a estrutura colonial segue intacta, reproduzindo, por meio da colonialidade, as estruturas de poder. Nesse sentido, a colonialidade atua no subjetivo a partir da construção de crenças no imaginário do indivíduo, moldando o que é considerado aceitável ou desviado no mundo e nas comunidades, certo ou errado. Baseio-me em Foucault (2001), para afirmar que a instituição Cristã Católica, através de dispositivos sistemáticos, criou formas de gerenciar corpos e mentes (Foucault, 2001, p. 220-221) e ainda em Mignolo (2017) que revela a religião como uma das várias bases da MCP (Matriz colonial do Poder) visando o controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade (Mignolo, 2017 p. 5). Os autores trazem em suas construções epistemológicas contextos e conceitos mais históricos da construção da colonialidade, a escrevivência aponta exemplos cotidianos de como a colonialidade segue viva e em atividade plena na periferia que habito, controlando pensamentos e moldando as subjetividades dos erês.

Muitas crianças, durante as oficinas de teatro desenvolvidas por mim nesta comunidade, comentam que não podem escutar certas músicas, dançar, ou no caso das meninas, não podem jogar bola porque o pastor não permite. Esses erês possuem no pastor uma figura que libera ou proíbem de participarem de certas atividades, não é incomum ouvir frases “Vou falar para minha mãe perguntar para o pastor”, “Vou ver com o pastor e aviso” “Meu pastor não deixa” ou ainda em caso de algum desentendimento “Vou falar para o pastor” como também no caso de mulheres, relatos sobre terem muitos filhos porque o padre aconselha a não utilizar métodos anticoncepcionais, todas essas frases evidenciam mecanismos de controle por parte dessas instituições presentes nesta comunidade (Schmitz, 2022) o padre, o pastor são figuras detentoras de poder, as igrejas são instituições de poder. Todo sábado têm catequese na rua Z e aos domingos escolinhas dominicais na Igreja Assembleia de Deus da rua da Penha.

A presença do Estado se manifesta de forma contraditória: ao mesmo tempo em que é ausente em garantir serviços básicos como educação, saúde ou uma frota de ônibus que funcione, faz-se presente na figura da polícia, cuja atuação muitas vezes violenta reforça a sensação de vigilância e insegurança.

Pode-se entender a violência policial, como o uso proposital de força, de maneira exagerada, normalmente física, mas que também podem ocorrer de forma oral ou como uma intimidação psicológica, feitas por um policial, podendo incluir ainda, prisão falsa, intimidação e discriminação racial. (Cazumbá, 2020, p. 4)

Essa é a ausência presente do Estado, que se estabelece como uma força violenta e combativa, que nunca protege, mas ataca e destrói, se assemelhando muito as ações das “forças paralelas”, ou seja, o crime organizado. O Comando Vermelho (CV)⁹ representa uma força informal associado ao tráfico de entorpecentes e outros atos criminosos, também se torna, em muitos casos, um agente organizador do território, impondo regras e códigos que influenciam diretamente as dinâmicas locais e buscam a legitimação da comunidade (Trindade, 2021) perante o espaço urbano.

Na vila muitas crianças sabem do “sistema” e falam sobre os “corretivos”, os famosos “salves” (Trindade, 2021) aplicados em quem brigou ou roubou outros moradores da comunidade. Muitos desses “gerentes” do tráfico são pais, mães e familiares dos alunos participantes da organização na qual trabalham. Algumas crianças têm medo, muitas admiram os sujeitos participantes do sistema, esses detentores de poder da organização comunitária. É comum observar nas fotografias do CENPRHE, meninos, em sua maioria, reproduzindo as letras “C.V” com as mãos enquanto posam para fotos, ou reproduzindo falas como “Tudo dois” características de membros da facção, conforme estabelece a pesquisadora Alana Trindade na dissertação “Organizações criminosas em Mato Grosso à luz da associação diferencial: o caso dos “salves” determinados pelo comando vermelho na periferia de Cuiabá” (2021).

Orientado pelas contribuições da autora, convém destacar que facções como o Comando Vermelho surgiram em contextos de alta desumanidade e hostilidade nos sistemas carcerários brasileiros, a autora estabelece que não haveria outra forma de resistir ao ambiente altamente hostil, repleto de inimigos e onde a personalidade e individualidade do ser é oprimida paulatinamente, senão reunindo-se em associação para articulação de estratégias e táticas de ação (Trindade, 2021, p. 47).

As violações de direitos recorrentes nas penitenciárias brasileiras e a situação de extrema pobreza de comunidades periféricas nos grandes centros se constituem fator determinante para o surgimento de grupos ilícitos que ao oferecer o mínimo de

⁹ O Comando Vermelho (CV) é uma facção criminosa brasileira originada no Rio de Janeiro na década de 1970, a partir da convivência entre presos políticos e criminosos comuns no presídio da Ilha Grande. Com o tempo, expandiu sua influência para diversas regiões do país, incluindo Mato Grosso, onde se estabeleceu por meio do tráfico de drogas, da migração de membros e da disputa territorial com outras facções, impactando as dinâmicas de violência e sociabilidade nas periferias urbanas.

assistência individual ocupam as lacunas deixadas pelo Estado dentro e fora do sistema penitenciário (Dias; Darke; Trindade, 2021, p. 49)

Retomando, o CV está presente nesta comunidade e também circula como instituição de poder no território tendo seus próprios modos de organização, demarcação e comunicação. Alguns muros são pichados com a abreviação da facção e os fogos barulhentos na sexta-feira à tarde anunciam a chegada de entorpecentes nas “biqueiras”, fotografiei os sinais que comprovam a presença do comando na Vila, algumas crianças também sabem e falam sobre. Há presenças nas ausências.



FIGURA 1: Muro pinchado com as siglas CV MT na comunidade Vila São João

FIGURA 2: Muro pinchado com a sigla CV na comunidade Vila São João

FONTE FIGURA 1 E FIGURA 2: Fotografia do autor (2025)

5. PRESENÇAS NA AUSÊNCIAS E OS DESEJOS

A sociologia da infância reconhece então a criança como sujeito de direito, trazendo a compreensão das crianças como atores sociais e a infância como uma construção social (Machado, Brostolin, 2022). É possível afirmar que o desenvolvimento das crianças não é individual, mas, sim, um processo cultural e coletivo que acontece por meio das relações das crianças com seus pares e o ambiente em que vivem (Machado, Brostolin, 2022, p. 43)

Partindo das contribuições trazidas pelos pesquisadores da sociologia infantil e cruzando as informações com minhas vivências no contato diário com diversas crianças da comunidade, sendo eu, inclusive um adulto que outrora fora criança desenvolvendo sua infância neste território, relembrando as contribuições de Stuart Hall (2016) sobre a influência da cultura do lugar onde vivemos na construção individual de nossas subjetividades, permito-me argumentar sobre as influências que o poder circulante nessa comunidade exerce sobre os corpos, pensamentos, subjetividades e desejos dessas crianças.

a vida das crianças deve ser compreendida como uma construção que se dá com base em uma relação processual na qual a biografia pessoal, a geração e o crescimento estão interligados com o uso e o significado do ambiente físico onde circulam. Assim,

no decorrer da vida, elas seguem realizando e entendendo suas histórias de vida em e a partir de localidades particulares. Crianças edificam um conhecimento situado de seu ambiente local, cheio de significados pessoais e sociais, por meio de seu encontro diário. O conhecimento do lugar é acumulado e transformado durante a vida, por meio do habitar, do ser e do se modificar. (Bertagnoni, 2021, p. 3)

Alguns meninos falam abertamente sobre o desejo de se tornar traficantes e ter dinheiro. Algumas meninas admiram as mulheres dos traficantes, sendo essa uma figura de poder e prosperidade para as meninas da Vila. As jovens (em sua maioria) que possuem relacionamento com integrantes do CV, ostentam motos, carros, apliques, cílios alongados, unhas bem-feitas, fumam cigarros eletrônicos, utilizam aparelhos celulares *iphone*, tatuagens, roupas diversas e são respeitadas. Para meninas que vivem em situação extrema de vulnerabilidade, esta é uma imagem que seduz.

No artigo “Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina” a pesquisadora Mariana Barcinski (2012) confirma que como membros de um grupo socialmente marginalizado (de mulheres, pobres e, em sua maioria, negras), a participação no tráfico de drogas confere a essas mulheres um poder e um status reconhecidos. Barcinski argumenta que o ingresso de jovens de camadas mais pobres na rede do tráfico de drogas é estratégia de fuga da invisibilidade social na qual estão historicamente inseridas (Barcinski, 2012, p. 2)

Excluídos de um sistema social que não reconhece sua existência no cotidiano, como consumidores ou em suas necessidades básicas de proteção, educação e trabalho, esses jovens optariam por atividades criminosas para se tornarem visíveis [...] Nesse sentido, a rede do tráfico de drogas representa, para muitos jovens, diante de suas dificuldades relacionais, sociais e econômicas, umas das poucas possibilidades de inserção e de um sentimento (ainda que ilusório) de pertencimento a um grupo. (Barcinski, 2012, p. 2)

As crianças da vila, participantes das oficinas que desenvolvem reproduzem, inclusive, intolerâncias religiosas com discursos como “Macumba não é de Deus”, “Você não vai para o céu” ou “Eu aceitei Jesus, sou crente”, frases claramente ouvidas e aprendidas nas igrejas presentes na comunidade. Não há em minhas intenções julgamentos sobre a religião escolhida pelas famílias dessas crianças, ou, até mesmo, em muitos casos pelas próprias crianças, porém entendendo as questões acerca da colonialidade da fé (Paula, 2013), é possível fazer associações nesse movimento observado neste espaço, entendendo a infância como período de desenvolvimento das crianças com processos coletivos e culturais.

As ausências de políticas públicas estatais, fomentos a cultura afro e espaços de lazer criam ambientes férteis para que tais situações aconteçam de forma recorrente. Por exemplo, a

ausência física de escolas na Vila São João, colabora para que crianças e adolescentes da comunidade fiquem mais vulneráveis a outras formas de poder, como o tráfico e/ou as igrejas. As escolas frequentadas pelas crianças em bairros vizinhos, não conseguem competir com as organizações sociais como o tráfico e as igrejas, o que acaba por reforçar a exclusão e marginalização dessas crianças, deixando-as ainda mais vulneráveis.

Em “Representações de gênero e raça no ensino fundamental: a construção da identidade do ser “menina negra” e do ser “menino negro” a educadora Marluse Arapiraca dos Santos discute a escola como instituição de poder que apresenta inúmeras falhas que acabam atrapalhando o processo coletivo de construção da identidade de meninas e meninos negros. Alinho-me à perspectiva da autora, entendendo a realidade na qual os meninos e meninas da vila estão também inseridos:

A escola institui uma relação de enquadramento em normas, leis, verdades, regras de conduta que termina se transformando num habitus, o que proporciona um afastamento desta criança da possibilidade de concretizar sua própria existência. A reprodução de um habitus e uma forma de pensar, subjetivada nos espaços escolares, fortalece e dimensiona a dominância da cultura do homem-branco-moderno, corroborando com a compreensão acerca do que é modelo de humanidade [...] Desta maneira, com a incorporação deste habitus pela criança os conhecimentos estarão comprometidos: sua identidade e representações da realidade estarão vinculadas a um pensamento que não supera e não transcende a ideologia defendida pela instituição escolar, cerceando um outro posicionamento de re-significação dessa situação. (Santos, 2009 p. 13)

Santos argumenta que a escola é um dos espaços que interfere, e muito, no complexo processo de construção das identidades e enfatiza que a escola é um espaço sociocultural onde convivem os conflitos e as contradições. O racismo, a discriminação racial e de gênero, parte da cultura e da estrutura da sociedade brasileira, estão presentes nas relações educativas (Santos, 2009 p.14)

Endossando a argumentação da autora, apresento neste artigo um fato ocorrido no início de novembro de 2024, o qual evidencia não apenas a ausência e a falha operante do Estado, mas também a violência contra as crianças da comunidade Vila São João e redondezas. O fato ocorreu quando o então governador do estado, Mauro Mendes, decidiu, sem aviso prévio, transferir alunos do 1º e 2º ano do ensino fundamental da “Escola Estadual Hernandy Maurício Baracat”, localizada no bairro Nova Fronteira, a poucos quilômetros da vila, para outra escola estadual situada no bairro São Matheus, também em Várzea Grande, bastante distante da comunidade. Nossas crianças costumam ir para a escola a pé, o trajeto para ter acesso à educação básica será dificultado pelo descaso de um dos maiores representantes da

política mato-grossense. Pais e servidores protestaram, conforme mostra matéria do veículo jornalístico SINTEP/MT.¹⁰

Em entrevista ao SINTEP/MT, o avô de um dos alunos falou sobre os riscos a qual o Estado expõe as crianças com a mudança repentina, incluindo o tráfico:

“Essa situação que o Governo quer fazer: tirar nossas crianças daqui para mandar para outro lugar, não aceitamos. Transferir os alunos para uma unidade localizada na Rodovia dos Imigrantes pode provocar acidentes, mortes e ataques de facções criminosas”. (SINTEP/MT, 2024)

É preciso reconhecer que os anseios manifestados pelas crianças da Vila São João não surgem de um vácuo, mas se configuram como respostas complexas às ausências institucionais e às presenças dos poderes circulantes na comunidade, que influenciam as crianças. Em situação de vulnerabilidade, elas também desejam ser sujeitas de poder, buscando formas de assumir papéis de protagonismo em meio às contradições e desafios impostos pelo contexto local.

6. FÉ NA ERÊZADA - O FUTURO

Neste artigo trouxemos observâncias por meio da escrivivência e a da análise interseccional sobre as vivências e experiências das crianças no território da Vila São João. Crianças negras, das margens, sementes deste terreiro periférico, cheias de potencialidades, curiosidades e saberes. Sendo crianças atores sociais, não penso em outros caminhos para pensar o futuro que não seja junto delas. O olhar das crianças permite revelar fenômenos sociais que o olhar dos adultos deixa na penumbra ou obscurece totalmente (Muller, 2006).

Os erês da Vila são atravessados por diversas matrizes de opressões, expostos a violências e cercados por estruturas poderosas e perigosas, mas seguem em movimento neste mundo cão. Ainda que muitas vezes impossibilitadas de ações diretas e efetivas na cidade de Várzea Grande, crianças desempenham papel fundamental na dinâmica da comunidade onde vivem, podendo contribuir para reconfigurações. Contribuições como as deste artigo são valiosas, onde buscamos considerar as percepções e experiências das crianças da Vila na construção dessas reflexões sobre as influências do território nas identidades infantis locais.

Confirmam-se as teorias trazidas por Hall (2006) a respeito do papel da cultura na construção das infâncias de meninos e meninas que elaboram suas vivências a partir das lentes

¹⁰ Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/em-vg-comunidade-escolar-se-revolta-contra-retirada-do-ensino-medio-da-escola-ernandy-baracat/i:3706

culturais em que estão inseridos, filtrando percepções e construindo significados a partir das narrativas e representações que circulam na comunidade.

Os contextos históricos sobre a constituição da comunidade, evidenciam que as crianças da vila estão crescendo em um ambiente historicamente marcado pela subalternização de seus antepassados (Romancine, Silva, 2016), posso confirmar que as crianças, principalmente as crianças negras sentem na pele as heranças coloniais evidenciadas aqui pela ausência da atenção do estado. Como visto, a ausência do estado gera presenças outras que disputam poder neste território, cria e manipula imaginários, coloniza por meio da fé e encarcera corpos negros, como da maioria das crianças moradoras da Vila, como o meu.

Estando eu também imerso em todas essas questões, busco caminhos e encontro parceria nas crianças da Vila para juntos, pensarmos possibilidades de fortalecimento identitário e contribuições emancipatórias em suas construções. Começar pelas infâncias me motiva, sendo esta a fase de aprendizado e de absorção de informações essenciais para nossa construção como seres sociais (Vygotsky, 2007).

A sociologia da infância indica inúmeros caminhos para se trabalhar junto dos erês, respeitando suas integridades, intelectualidades e vivências. Ao reconhecer a criança como ator social e protagonista, propomos, tanto neste artigo quanto em meu projeto de pesquisa no mestrado, observar e escutar as crianças na construção de caminhos futuros. Esse movimento pode se dar por meio de rodas de conversa, oficinas, entrevistas, contação de histórias e muitas outras possibilidades, incluindo brincadeiras espontâneas e/ou com a participação dos adultos (Moruzzi; Tebet, 2017, p. 181). Crianças são protagonistas da vida em sociedade e foco das políticas sociais, motivo pelo qual excluí-las ou mantê-las à margem é ilusório (Bertagnoni, 2021, p. 3).

Kilomba (2019) ensina que as margens, não devem ser vistas apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade (Kilomba, 2019, p.68) Kilomba me encoraja a junto das crianças pensar criativamente novos discursos e possibilidades, sem romantizar opressões.

É necessário ter fé nas crianças na construção de um futuro que desafie as estruturas coloniais que nos silenciam, violentam, constrangem e diminuem. Me apresento como companheiro, pronto e disposto a embarcar em jornadas compartilhadas e certamente bastante divertidas de aprendizado e construção coletiva. Salve a erêzada. Axé!

REFERÊNCIAS

BARCINSKI, Mariana. "Mulheres no tráfico de drogas: a criminalidade como estratégia de saída da invisibilidade social feminina." *Contextos Clínicos* 5.1 (2012): 52-61. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/ctc.2012.51.06> Acesso em 02 fev. 2025

BERTAGNONI, Larissa, and Sandra Maria Galheigo. "Retratos, relatos e impressões de crianças moradoras da periferia de São Paulo sobre a cidade." *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* 29 (2021): e2803. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO2120> Acesso em: 30 jan. 2025

BRASTOLIN, Marta; MACHADO, Edneia. "Sociologia da infância: possibilidades de voz e ação da criança e sua/s infância/s". Campo Grande: UFMS (2022) Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5047/1/A_sociologia_da_inf%C3%A2ncia.pdf Acesso em 10 jan. 2025

CAZUMBÁ, Diego Oliveira. A prática da violência policial eo extermínio da juventude negra: uma análise do mapeamento, das causas e dos efeitos da conduta. 2020. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/d27880a7-4c5e-4a8d-8e8c-3b31ecaf4d63/content> Acesso em 03 dez. 2024

COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: A interseccionalidade como teoria social crítica*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. 2. ed., 2021.

DIAS, Camila Nunes; DARKE, Sacha. From dispersed to monopolized violence: expansion and consolidation of the Primeiro comando da capital's Hegemony in São Paulo's prisons. *Crime, Law and Social Change*. Vol. 65. N° 5. August, 2015. ISSN 0925- 4994. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/HfK4SBf5QZJPVxhTdmjGf4P/> Acesso em: 29 nov. 2024

DUARTE, Eduardo de Assis. Escrevivência, Quilombismo e a tradição da escrita afrodiáspera. In: *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

EVARISTO, Conceição; FELISBERTO, Fernanda. Escrevivência como rota de escrita acadêmica. In: DUARTE, Constância; NUNES, Isabella (org.) *Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrevivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf> Acesso em 05 dez. 2024.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FUINI, Lucas Labigalini. O território em Rogério Haesbaert: concepções e conotações. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 21, n. 1, p. 19-29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236499422589> Acesso em 13 jan. 2025

FREITAS, Morena Barroso Martins de. Doces de crianças: sobre comida e ritual em giras de ibejadas. Dossiê Saberes e sabores. Revista Equatorial, Natal, v. 6, n. 11, p. 1-19, jul/dez 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Q6bJ5Kczs4xz5STbMncHL9H/?format=pdf> Acesso em 24 dez. 2025

GONÇALVES, Marlene. Memórias e cinema pelo olhar da criança de periferia. Disponível em: <https://ica.bdigital.uncc.edu.ar/15639>. Acesso em 02 fev. 2025

GOMES, Laurentino. Escravidão: Volume II – Da corrida do ouro em Minas Gerais até a chegada da corte de Dom João ao Brasil. São Paulo: Globo Livros, 2020.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. 6. ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2016.

KILOMBA, Grada. Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade. O lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.

MORUZZI A. B.; TEBET, G. G. C. Sociologia da Infância, Pedagogia e Currículo da Educação Infantil: algumas aproximações. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 28, n. 3, p. 166–185, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14572/nuances.v28i3.4617> Acesso em 30 dez. 2025

PAULA, Thais Vieira de. "Intolerância religiosa, violação de direitos humanos e colonialidade da fé: as igrejas pentecostais e as mulheres Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul (2018-2022)." (2023). Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3173> Acesso em: 06 dez. 2024

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A Colonialidade do Saber: Eurocentrismos e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso. 2005.

ROMANCINI, S. R., & SILVA, G. de M. S. (2016). Percorrendo as Trilhas de Várzea Grande (MT) na obra de Ubaldo Monteiro. Revista Do Instituto Histórico E Geográfico De Mato Grosso, 1(77), 131–148. Disponível em: <https://revistaihgmt.com.br/index.php/revistaihgmt/article/view/235> Acesso em: 05 dez. 2024

SANTOS, Maria dos. Representações de gênero e raça no Ensino Fundamental: a construção da identidade do ser “menina negra” e do ser “menino negro”. 2008. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em:<http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2009/marluse_arapiraca_dos_santos.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2024.

SARMENTO, M. J. Conhecer a infância: os desenhos das crianças como produções simbólicas. In: MARTINS FILHO, A.J. & PRADO, P.D. (org.). Das pesquisas com crianças à complexidade da infância. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto e Pinto, Manuel. "As crianças e a in-fância: definindo conceitos, delimitando o campo", In: M. Pinto e M. J. Sarmento (Coord.), As Crianças: Contextos e Identidades. (9-30). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 2005.

SILVA, M.; CONCEIÇÃO, W. Política, educação e periferia: Uma análise a partir do caso recente de precariedade das escolas públicas do bairro operário de pequiá. Açailândia-MA. Anais V CONEDU. 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA11_ID10567_17092018205117.pdf Acesso em: 5 dez. 2024

SCHMITZ, E. D. SEXUALIDADE SOB CONTROLE: CRISTIANISMO E COLONIZAÇÃO. Revista Mosaico - Revista de História, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 1, p. 201–208, 2023. DOI: 10.18224/mos.v16i1.12186. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/12186>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SCHMITZ, Erik Dorff. Sexualidade sob controle: cristianismo e colonização. Revista de Letras, Curitiba, v. 22, n. 38, p. 52-67, set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>. Acesso em: 06 dez. 2024.

TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. De "corações de pedra" a "corações de carne": algumas considerações sobre a conversão de "bandidos" a igrejas evangélicas pentecostais. Revista de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 45-67, jul./2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000300007> Acesso em 25 dez. 2024

TOMÁS, Tayná Wienne. Eu, criança: pedagogias culturais das infâncias negras. 1. ed. São Paulo: Jandaíra, 2023. Disponível em: <https://ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes1/dissertacoes/2023/2023-tayna-wienne-adorno-tomas.pdf> Acesso em 10 Out. 2024

TRINDADE, Alana Derlene Sousa Cardoso. Organizações criminosas em Mato Grosso à luz da associação diferencial: o caso dos "salves" determinados pelo Comando Vermelho na periferia de Cuiabá. 2021. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/3173> Acesso em: 04 dez. 2024

VYGOTSKY, Lev S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.